PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. João Magalhães)

Altera a lei n.º Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para dispor sobre as formas de pagamento do abono e do rendimentos do PIS/PASEP

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei n.º 7.798, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte §2º remunerando-se o Parágrafo Único para §1º:

“Art. 9º.....

§1º

§2º o abono Salarial que trata o *caput* e os rendimentos dos integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão pagos, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., na condição de agentes pagadores, de acordo com cronograma específico, observando-se o seguinte:

I o pagamento independe de requerimento do beneficiário;

II os valores devidos devem estar disponíveis para saque em agência bancária, independentemente do domicílio de inscrição;

III o pagamento poderá ser feito diretamente em folha de salários, por intermédio de convênios celebrados ente os empregadores e os agentes pagadores;

IV – o pagamento deverá ser depositado em conta corrente ou de poupança do beneficiário, no banco e na agência designados, caso ele assim o requeira.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de medida importante para agilizar o pagamento e dar maior conforto e tranqüilidade ao trabalhador que tenha abono salarial ou rendimentos do PIS/PASEP a receber. Além disso, sabe-se que, todo ano, centenas de trabalhadores, apesar das campanhas de divulgação promovidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, não procuram os valores disponíveis . Este fato, faz com que o programa não alcance totalmente seu objetivo, que é distribuir renda aos trabalhadores beneficiários.

Em razão desses inconvenientes e com o fito de dar mais conforto ao trabalhador e aumentar a eficácia do programa, apresentamos as medidas inseridas na forma de um §2º, acrescido ao art. 9º da Lei n.º 7798/90. Note-se que tais medidas são de fácil cumprimento e já compõem uma orientação para os agentes pagadores, por meio de resoluções administrativas do CODEFAT. Além de transformar tais orientações em direitos do trabalhador devidamente estatuídos em lei , acrescentamos a hipótese de recebimento em conta corrente.

O avanço da informatização bancária tornou simples e baratas as movimentações financeiras entre as instituições. Portanto, consideramos um atraso não propiciar aos beneficiários do PIS/PASEP essa ferramenta, a exemplo do que já faz a Receita Federal, quando da devolução do imposto retido. Afinal, o dinheiro do PIS/PASEP é dos trabalhadores é não

faz sentido manter a rotina burocrática de o trabalhador ter de ir pessoalmente à agência da CEF ou do BB para receber o seu dinheiro. Além disso, o procedimento, ajudará a diminuir o número de trabalhadores que não procuram seu dinheiro nos bancos. Os trabalhadores de renda mais baixa também poderão se beneficiar da medida, já que a CEF possui um formato de conta corrente específica para este público, sem custos. Portanto, os deslocamentos e a burocracia para recebimento do abono e dos rendimentos, poderiam ser reduzidos a uma única vez, quando da abertura da conta. A partir daí, o dinheiro já pode ser depositado diretamente para o correntista.

Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o apoio para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado JOÃO MAGALHÃES